ÉTICA, POLÍTICA E VALORES

Geraldo Ribeiro de Sá[1]

RESUMO

Este artigo consiste num conjunto de reflexões a respeito das categorias normativas do comportamento denominadas ética, política e valores. Inicialmente, fez-se um ligeiro percurso através de autores clássicos da Filosofia, como Aristóteles, Epicuro, Zenão de Citio e do pragmático N. Maquiavel. Investigou-se com mais demora algumas obras dos fundadores das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia, com destaque de É. Durkheim e M. Weber. Entre os autores da atualidade, distinguiram-se nomes de sociólogos, como O. Ianni, Z. Bauman e M. Castells, bem como do filósofo e jurista Miguel Reale. Nos dias atuais, a importância e os impactos dos meios de comunicação, de informação e principalmente das redes sociais sobre a ética, a política e os valores, foram compreendidas através do contacto com escritos dos autores contemporâneos, há pouco citados. Procurou-se oferecer ao leitor alguns elementos para a compreensão, inclusive, da crise atual em que se debatem essas categorias orientadoras das muitas e diferenciadas maneiras de atuação das pessoas. A reflexão desdobra-se nos seguintes tópicos. Introdução, em que se apresentam o tema e a sua justificativa, o processo de construção do problema em estudo e o enunciado da técnica utilizada na análise das fontes consultadas. Desenvolvimento, compondo-se de dois momentos centrais. No primeiro, faz-se um percurso pelos conceitos de ética, política e valores, com a finalidade de se relembrar o significado de cada uma dessas palavras no passado e no presente, bem como suas demandas pela sociedade atual. No segundo momento, dialoga-se particularmente com o texto intitulado *A política como vocação*, escrito por M. Weber, com o propósito de se compreender a dinâmica do conteúdo existente nos termos Estado moderno, tipo político, ética da convicção e ética da responsabilidade, examinando-os especialmente à luz do atual contexto. A reflexão sobre tais termos abarca também a compreensão de certas articulações e conexões de sentido, bem como de alguns desencontros e contradições existentes entre eles. A título de conclusão, são apresentadas algumas considerações finais.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Política. Valores. Estado. Mídia.

ETHICS, POLITICS AND VALUES

ABSTRACT

This article is a set of reflections on the normative categories of behavior called ethics, politics and values. We initially visited the classical authors of Philosophy, such as Aristotle, Epicurus, Zeno of Citium and pragmatic N. Machiavelli. We further investigated

---

[1] Doutor em Ciências Sociais, pela PUC/SP, Professor aposentado pela UFJF e Professor licenciado do Curso de Direito da Faculdade SUDAMÉRICA, de Cataguases, (MG).

some works by the founders of Social Sciences, especially Sociology, with an emphasis on E. Durkheim and M. Weber. Among current authors, names of sociologists such as O. Ianni, Z. Bauman and M. Castells were included as well as philosopher and jurist Miguel Reale. The importance and impacts of communication and information media, and especially social networks, on ethics, politics and values nowadays were understood through contact with the writings by the abovementioned contemporary authors. We tried to provide the reader with some elements to understand even the current crisis these guiding categories are faced with in the many and different ways people act. The reflection unfolds in the following topics: Introduction, which presents the theme and its justification, the construction process of the problem under study, and the statement of the technique used to analyze the investigated sources; Development, as comprised with two central moments - in the first, we investigate the concepts of ethics, politics and values, in order to remember the meaning of each word in the past and present, as well as their demands by the current society, and in the second, we particularly interact with the text entitled *Politics as a vocation*, written by M. Weber, in order to understand the dynamics of the existing content in such terms as Modern state, political type, ethics of conviction and ethics of responsibility, examining them especially in light of the current context. Reflection on these terms also encompasses the understanding of certain articulations and connections of meaning, as well as some disagreements and contradictions between them. In conclusion, we present some final considerations.

KEYWORDS: Ethics. Politics. Values. State. Media.

INTRODUÇÃO

O tema e a justificativa

Refletir sobre ética, política e valores é caminhar por um assunto, tão instigante, antigo e atual quanto á história do pensamento e da prática do ser humano, no passado e no presente. No passado mais remoto, essa temática já constituíra objeto de indagações, respostas e escritos elaborados em diversos momentos..

Atualmente, com muita amplitude e intensidade, retomam-se, até mesmo, reflexões, diálogos e debates já pretéritos. Produzem-se e publicam-se ideias, realizam-se manifestações sociais de todo gênero e tamanho, exigindo, principalmente dos poderes do Estado, efetividade de princípios éticos e práticas morais no desempenho de suas funções. Cobram-se tais princípios e ações, com a mesma ênfase das entidades privadas quando na execução de atividades públicas. Cobram-se igualmente de todos os cidadãos lucidez e respeito mútuo, mormente, nos momentos de demarcação dos interesses da nação, como um todo, e dos particulares entre si, bem como da distinção entre o próprio e o alheio.

O problema e a metodologia

A motivação para se elaborar estas reflexões sobre ética, política e valores originou-se do convite formulado pela ADESG/JF (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra), seção de Juiz de Fora (MG), com a finalidade de pronunciar uma conferência para seus estagiários, em setembro de 2013.

Aceito o convite, procedeu-se à pesquisa de fontes bibliográficas primárias e secundárias, com o propósito de se fundamentar as ideias e esclarecer o conteúdo do tema proposto. Procurou-se deter em autores clássicos e atuais, com a finalidade de se compreender o significado dos termos em análise, no passado e no presente, e ainda esclarecer aspectos da crise vivida pelo sistema normativo da sociedade contemporânea, inclusive pelo Brasil de hoje.

A descrição e a análise dos conceitos de ética, política e de valores estão fundamentadas em obras de autores clássicos e contemporâneos, situados nas áreas da Filosofia e das Ciências Sociais. As informações obtidas través destas fontes são tratadas à luz das orientações da técnica da análise de conteúdo construída, no caso deste artigo, por meio de interpretações e comentários, elaborados a partir de recortes da fala contida em um *discurso* escrito.

DESENVOLVIMENTO

Ética, Política e Valores

Ética

"Os filósofos gregos sempre subordinaram a ética às ideias de felicidade da vida presente e de soberano bem" [...] [2]. Ficando com os gregos, percebe-se nessa definição um percurso entre o imanente, o que nos cerca, e o transcendente, o acima das circunstâncias imediatas ou além dessas. Aliás, se alguém procurasse por Aristóteles, com certeza, ele diria, entre o físico e o metafísico. A ética permite transitar pelas vias situadas entre o que é

[2] NOVAES, A. (Org.). Ética. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 7.

e o que deve ser, ou seja, entre o fato e o valor. Ela convida o leitor ao cotidiano, ao que é e ao como deve ser esse cotidiano, ou ainda entre a norma e o valor, como diriam possivelmente os juristas. Convida, também, ao trânsito entre a realidade e a utopia, entre o real e o ideal ou à conexão de ambos, conforme ensinam alguns cientistas sociais, especialmente M. Weber.[3] Esse autor, ao classificar o comportamento das pessoas, traz a ética do universo dos valores **(**interesses, vontades, paixões etc.), para o mundo do racional, do empírico, do experimental, do científico, das ciências sociais, no caso. Assim o faz, quando detecta os tipos de ações denominadas por ele como "racional referente a valores", isto é, fundamentadas pela crença, pela convicção consciente num valor ético, por exemplo. Pode ser classificada, nessa modalidade de comportamento, a ação da pessoa que trabalha sem nenhuma outra preocupação ou consequência (dinheiro, reconhecimento etc.), a não ser exclusivamente com o trabalho, como um valor em si mesmo.

Por sua vez, a ética permite também o trânsito pela *ideia de soberano bem*. Os próprios gregos debatiam e, muitas vezes, divergiam entre si a respeito do significado do termo *soberano bem*. Através das discussões, que não eram poucas, também procuravam trazer essa expressão para o universo dos acontecimentos do dia a dia, embora fossem conscientes de que, por sua vez, transitavam pelo mundo dos valores, das irracionalidades, ou seja, além do universo racional, onde reinam os "afetos, os valores e as crenças" [4], pois estavam refletindo sobre a modalidade de um bem não subordinado a nenhum outro, ou ainda, sobre um bem acima do qual não houvesse qualquer outro. Neste sentido, a *Ética* pode ser "entendida como doutrina do valor do *bem* e da conduta humana que visa realizar, é preciso saber que ela não é senão uma das formas de "atualização ou de experiências de valores" [...][5].

Ética e moral

De maneira breve, deve-se esclarecer certos aspectos da relação entre ética e moral. Há autores, como R. Jolivet[6], por exemplo, que não estabelece qualquer aproximação entre

---

[3] WEBER, M. Economia e sociedade. V. I. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991,1991, p. 15
[4] LAZARTE, R. Max Weber: ciência e valores. São Paulo: Cortez, 1996, p.37.
[5] REALE, M. Filosofia do direito. 20 Ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p, 37.
[6] REGIS, J. Curso de filosofia. 11 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972, p. 348.

ética e moral, apenas diz que a expressão ética é uma definição imperfeita de moral. Da mesma forma, esse autor polemiza com um dos fundadores das Ciências Sociais, É. Durkheim (1858- 1917), porque esse definira a moral como sendo uma ciência dos costumes. Escreveu, ainda, R. Jolivet,[7] que a moral trata "apenas de fatos empíricos e de suas leis e não de juízos de valor moral", que em seu entendimento seria o campo da ética.

Igualmente há autores que consideram o moral, como um setor da ética, porém situada no mundo dos fatos, por consequência, do concreto e do empírico, enquanto a ética permanece no âmbito dos princípios orientadores, ou seja, no universo dos valores. No grupo desses autores, encontra-se P. Nader[8], ao afirmar que "A moral, por outro lado, não se satisfaz apenas com a boa intenção, pois exige a prática do bem". Nesse conceito, o autor em consideração não usa a expressão *sumo bem*, mas apenas *bem*, o que reforça seu posicionamento a respeito da classificação da moral entre os fatos sociais. *Sumo bem* fica situado melhor, quando colocado no universo dos princípios gerais, logo no campo da ética.

Continuando com P. Nader, pode-se começar a esclarecer a noção de *bem* pelo menos entre os gregos. Entre esses, destacam-se duas correntes distintas, uma liderada por Epicuro (341-270 a. C), também conhecida como hedonista ou epicurista, e outra por Zenão de Cítio (340-263 a. C.), também conhecida como estoicista. Para a escola fundada por Epicuro, o *bem* identifica-se com o prazer, não um prazer desordenado, mas concebido dentro de uma escala de importância. "O prazer em repouso é superior ao prazer em movimento, os prazeres da inteligência sobrelevam aos dos sentidos. O bem supremo do homem está no prazer negativo, na ausência completa de dor para o corpo e de perturbação para a alma", conforme escreveu, L. Franca[9] Para a escola fundada por Zenão de Cítio, "o bem consistia no desprendimento, na resignação, em saber suportar serenamente o sofrimento, pois a virtude se revelava como a única fonte da felicidade [...] Modernamente, os sistemas éticos ainda se dividem, com variações, de acordo com o velho antagonismo grego"[10] Muito a propósito acrescentou É. Durkheim[11]**:** "O objeto da ética é acima de tudo estabelecer os princípios gerais dos quais os fatos morais são apenas aplicações particulares".

---

[7] REGIS, J. Curso de filosofia. 11 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1972, p. 347.
[8] NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1980, 555 p. 44 e 49.
[9] FRANCA, L. Noções de história da filosofia. 21 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973, p. 69.
[10] NADER, P. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1980, 555 p. 44.
[11] DURKHEIM, É. Ética e sociologia moral. 2 ed. São Paulo: Landy, 2006, p. 74.

Das conceituações de ética e de moral apresentadas, pode-se concluir, também, pela inclusão da moral no mundo das ciências e sua exclusão do universo dos valores, cabendo à ética e a outros princípios o pertencimento ao campo dos valores. As controvérsias a respeito dos conceitos de ética e de moral no limite tratam de distingui-los e aproximá-los e vice-versa, sem jamais separá-los ou mesmo contrapô-los. As distinções e as aproximações são necessárias para efeito de descrição e análise de caracteres científicos, e também sumamente úteis para se avaliar ou medir a coerência entre princípios éticos e práticas morais, exteriorizadas através de comportamentos ou ações de caráter individual e coletivo, de âmbito privado e público.

Política

Conceituação

Percebe-se, na conceituação N. Bobbio (1986, p. 954), alguns aspectos inerentes à política, pertencentes a ela, portanto, desde suas origens e reclamados também nos dias atuais como a ideia do público, da cidadania, da igualdade, da liberdade e da sociabilidade humana, trazendo consigo obviamente a noção tradicional de democracia. Da mesma maneira acontece com a noção de Estado, sua natureza, divisão, funções e as várias formas de governo, especialmente, a partir de *Política* escrita por Aristóteles. A conceituação de política predominante entre os gregos está distante, anos-luz, das contemporâneas, porém os seus estudiosos atuais sempre as tomam como referências. Hoje, "o significado original do termo política foi substituído por novas expressões como "ciência do Estado", "doutrina do Estado", "ciência política", "filosofia política", etc., passando a ser comumente usado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como ponto de referência a *polis*, ou seja, o Estado" [12].

A noção de política ganha nova configuração durante a Renascença com a publicação de *O príncipe* de N. Maquiavel, quando se delineiam as primeiras distinções entre a política e moral. Com este livro o autor notabilizou-se "Por ter realçado tão cruamente o problema

---

[12] BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2 ed. Trad. de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 954.

das relações entre a política e a moral; por ter concluído, em "uma cisão profunda, uma irremediável separação", entre elas" [13]. Esses dois conceitos distintos, mas inseparáveis, compõem a teoria e a prática do governo, centrado na imagem real e, principalmente, simbólica do príncipe. Através do diálogo com uma pessoa imaginária, sob a forma de aconselhamento, N. Maquiavel foi construindo o tipo, o modelo, o arquétipo, a figura real e ideal do príncipe, e simultaneamente foi definindo uma nova maneira de ser e de dever ser do governante moderno. O príncipe deveria ser suficientemente virtuoso, hábil ou perspicaz, para saber lidar com as circunstâncias previsíveis e imprevisíveis, com os momentos de sucesso, os de boa sorte, mas também os de insucesso, os de má sorte ou os de infortúnio, com o previsível e com o imprevisível, com a diversidade das situações e com a adversidade das oposições, diríamos hoje.

No Capítulo XVII de *O príncipe*, por exemplo, em que N. Maquiavel cuida das maneiras de o príncipe manter a confiança dele próprio e de seus súditos em sua pessoa, para tanto ele deve honrar sua palavra sempre e ter integridade, ao invés de usar artifícios e fraudes, mas se ele não o fosse de verdade, deveria sempre mostrar ou parecer e aparecer como se o fosse. "Um príncipe deve procurar principalmente ser bem sucedido na manutenção de seu Estado. Os meios de que ele usa para isso sempre serão considerados honrosos e serão louvados por todos" [...]. Mais adiante continua: [...] "as pessoas comuns são sempre levadas pelas aparências e pelos resultados" [...] [14].

Mais tarde o conceito de política recebe um novo significado com M. Weber (1864-1920), um dos fundadores das Ciências Sociais. Em princípio, esse autor considera o conceito de política como sendo muito amplo, pois em seu entendimento, qualquer pessoa ao desempenhar uma atividade diretiva, em caráter autônomo, desempenha uma atividade política. São suas as palavras: "O conceito é extraordinariamente amplo e abrange todas as espécies de atividade diretiva autônoma" [15].

Preocupado com a amplitude do conceito de política, M. Weber irá concentrar sua análise e interpretação no grupo político denominado Estado, e a considerar como política todas as atividades realizadas com a finalidade de participar do poder ou de influenciar a

---

[13] CHEVALILIER, J. As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias. 2 ed. Trad. Lydia Christina. Rio de Janeiro: Agir, 1966, p. 46-47.
[14] MAQUIAVEL, N. O príncipe. Trad. de Candida de Sampaio Bastos. São Paulo: DPL, 2008, p. 172-176.
[15] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 55.

sua divisão, seja no interior de um Estado seja entre Estados. A partir desse entendimento, o autor realizou longos estudos históricos das diferentes formas de Estado, desde a antiguidade até chegar ao tipo da organização política a ele contemporânea, quando elaborou um tipo ideal, conforme sua metodologia de construção da ciência, denominado Estado moderno, caracterizado por ele próprio, com as expressões seguintes: "O próprio Estado tomado como uma entidade política, uma Constituição racionalmente redigida, um Direito racionalmente ordenado, e uma administração orientada por regras racionais, as leis, administrado por funcionários especializados" [...] [16].

Nessa definição algumas expressões destacam-se:

Uma entidade política. Trata-se de um ser concreto, porque constituído por pessoas de carne e osso, componentes de um grupo organizado, submissos a normas escritas, com funções de direção, também perceptíveis, mas participando de uma entidade ao mesmo tempo abstrata, porque tal qual ela é conceituada e pensada só existe na mente dos estudiosos e exteriorizada nos escritos tipográficos ou virtuais. A este tipo de entidade ao mesmo tempo concreta e idealizada pelos pensadores, M. Weber denomina "tipo ideal".

Uma Constituição racionalmente redigida. Trata-se de uma lei fundamental com a finalidade de reger, regular a organização de um país. No caso do Brasil, trata-se da constituição Federal, redigida conforme regras e termos racionalmente estabelecidos.

Um Direito racionalmente ordenado. Um Direito produzido, escrito e posto ao alcance de todos os cidadãos, conforme normas e termos, também, racionalmente estabelecidos. A esse Direito todos se submetem, inclusive, o povo, parte componente do Estado. Deve-se acrescentar, a título de esclarecimento, que da mesma forma os dirigentes, componentes do poder executivo, os produtores oficiais do direito, componentes do poder legislativo e os declaradores do direito vigente, componentes do poder judiciário, são regidos pelas regras do Direito.

Uma administração orientada por regras racionais. M. Weber se refere, nesse momento, especialmente aos dirigentes do Estado, tanto aos dirigentes escolhidos por eleição, com funções transitórias, os "políticos". Em outras palavras, os que vivem da política ou para a política, cujas ações são movidas, sobretudo, pela paixão e pela

---

[16] WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 3 ed. Trad. de Irene de Q. F. Szmrecsáyi e Tomás J. M. K. Regis Barbosa Szmrecsáyi . São Paulo: Pioneira, 1983, p. 4.

parcialidade, quanto aos dirigentes escolhidos por seleção (concurso público), com funções permanentes, cujas ações devem ser movidas pela razão e pela imparcialidade, principalmente. Todos eles, "políticos" ou funcionários especializados, devem se orientar por regras racionais, isto é, as leis, os estatutos as portarias etc., uma vez que essas regras contêm o Direito racionalmente redigido.

Administrado por funcionários especializados. Com essas palavras, o autor está construindo, igualmente, uma das especificidades do Estado moderno, típico do modelo ocidental, embora tal figura de funcionário já existisse, há séculos, na China, por exemplo. Ao mesmo tempo em que reflete sobre o Estado, o autor está pensando a sociedade moderna como um todo, pois esta também possui, como uma de suas marcas, a especialização de funções, o que explica em parte o sucesso da formação social.

Por sua vez, ao pensar o Estado, como expressão máxima da organização política da sociedade moderna, M. Weber estava refletindo, simultaneamente, sobre a organização burocrática, também característica da modernidade. Ao raciocinar sobre a burocracia moderna, como forma de organização do Estado e das empresas privadas, o autor estava construído mais um exemplo do denominado "tipo ideal". Aliás, quando se reclama da lentidão, da ineficiência, da corrupção e outros vícios encontrados na burocracia pública e na burocracia da empresa privada, é sinal de que se está diante de um modelo burocrático ainda não modernizado, portanto fora dos padrões construídos por M. Weber [17].

Ainda atento à amplitude do conceito de política, M. Weber irá voltar à sua análise do Estado, com a definição seguinte: "[...] devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território coresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica *o monopólio do uso legítimo da violência física*".[18] Além de adicionar o território, como um dos elementos essenciais do Estado moderno, o autor acrescenta *o monopólio do uso legítimo da violência física*. Esse uso legítimo da violência, em seu entendimento, jamais poderá desaparecer sob a pena de o Estado deixar de ser moderno e a sociedade regressar à barbárie. Essa característica além da anterior (a noção de território) irá compor todas as

---

[17] A propósito do tema burocracia pode-se consultar WEBER, M. Ensaios de sociologia. 2. Ed. (Org.) e Introd. de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. de Waltensyr Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p.229-282.
[18] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 56.

Constituições modernas, seja de regimes totalitários ou de democráticos, seja de liberais ou de bem-estar social, entre outros.

O *monopólio do uso legítimo da violência física* representa um dos maiores avanços propiciados pela modernização da sociedade, contra o princípio e a prática da vingança privada, do princípio e da prática de se fazer justiça com as próprias mãos. Somente a força de *lei* pode coagir uma pessoa a fazer ou a deixar de fazer algo, conforme prescreve o artigo 5 da Constituição Federal vigente[19] Mesmo consagrado pela nossa Constituição, no Brasil, tal princípio ainda não é uma questão totalmente resolvida. As estatísticas demonstram o cotidiano de uma prática, infelizmente muito disseminada, de emprego da justiça pelas próprias mãos, ou do uso de intermediários para fazê-la ou ainda da organização de milícias particulares com os mesmos objetivos e à revelia do Estado.

A política fora de lugar

A noção de política e suas consequências, para o bem-estar das pessoas, continuam em debate de forma muito ampla e intensa também na contemporaneidade. Nesse contexto, excelentes são as contribuições apresentadas, inclusive, pelos cientistas sociais. Entre nós muitos se destacam como, por exemplo, O. Ianni (1926-2004). Esse autor, ao estudar o processo de globalização da sociedade, aliás, um dos primeiros, no Brasil, a empregar o termo *Sociedade Global*, publicou, além disso, um livro com o mesmo título[20].

Ao procurar compreender o processo de globalização da sociedade e suas consequências, O. Ianni (1998) descobriu entre outros fatos profundas alterações na posição da política como ciência, como teoria e como prática. Noutros termos, o Estado Nacional não é mais o centro do poder de decisões soberanas de um país; ele constantemente é pressionado interna e, sobretudo, externamente a compartilhar suas decisões com poderosíssimas instituições de poder transnacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), o BID

---

[19] Conforme a Constituição Federal, art. 5, II – "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei";

[20] O processo de globalização da sociedade e as questões relativas à era do globalismo encontram-se estudados por O. Ianni, em várias de suas obras e artigos, entre os quais se destacam os seguintes: IANNI, O. A política mudou de lugar. In DOWBOR. L. IANNI. O. e RESENDE. P. E. (Orgs.). Desafios da globalizacão. Petrópolis ((RJ): Vozes 1998, 302 p. IANNI. O. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992, 194 p. e Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 319 p.

(Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outros órgãos financeiros. Há também órgãos de característica mais política como a ONU (Organização das Nações Unidas), outros de natureza mais comercial como a OMC (Organização Mundial do Comércio), outros ainda de caráter predominantemente militar como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Há, ainda, instituições de conformidade mais regional como o MERCOSUL (Mercado Comum SUL Americano), outras de tendência continental como a UE (União Europeia), e assim por diante.

Como o processo de globalização articula e conecta mais intensa e intimamente o mundo, os organismos, como os exemplificados, há pouco, que dão corpo às conexões, ganham mais poder de decisão e de interferência nas decisões de cada país. Por sua vez, essas interferências contribuem para criar, às vezes, hiatos e até contradições ou conflitos entre certas decisões do Estado Nacional e as aspirações da sociedade civil. Uma das bandeiras das manifestações coletivas recentes no Brasil consiste em se expressar contra o padrão FIFA (Federação Internacional de Futebol) exigido para nossos Estádios de Futebol, para hospedar a realização da Copa do Mundo. O padrão FIFA suga recursos públicos que poderiam ser investidos em melhoria da educação, saúde e transporte públicos, apenas para exemplificar. O Estado Nacional continua e continuará existindo, com certeza, porém se tornará cada vez mais globalizado, ou seja, perpassado por poderes não só de outros Estados, mais poderosos, mas também por organismos mundiais, regionais e também locais, quando esses adquirem poder de natureza global, como o caso de algumas de nossas empresas que se tornaram transnacionais.

Além das categorias políticas denominadas soberania e sociedade civil, O. Ianni (1998) analisa também a categoria hegemonia, ou o poder de falar e ser ouvido, de decidir e ser acatado, para simplificar, o significado de hegemonia que como um dos atributos do poder do Estado, também se deslocou de lugar, ou seja, ela é compartilhada. Para descrever o deslocamento da hegemonia, este autor criou a figura do pr*íncipe eletrônico*[21].

Antes de definir os traços dessa figura, O. Ianni (2000) passa pelo príncipe de N. Maquiavel, representado por uma pessoa, mas aquela que personifica os anseios de uma coletividade, as esperanças de um povo, o herói, o bondoso, o religioso, o justo. Mesmo

[21] 22 A figura do Príncipe eletrônico encontra-se construída e descrita em IANNI, O. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 139-166.

que ele não o seja, ele deve apresentar e representar todos esses símbolos. Além do príncipe renascentista, existe também o príncipe moderno, muito bem descrito pelo filósofo e militante político italiano, Antônio Gramsci (1891-1937). O príncipe de Antônio Gramsci encontra-se personificado no partido político. Na sociedade contemporânea, graças aos avanços tecnológicos empregados pelos meios de informação e comunicação, construiu-se o p*rínci*pe *eletrônico*, caracterizado com os termos seguintes: "O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática" (IANNI, 2000, 161).

Uma das personificações do *príncipe eletrônico*, hoje, pode ser exemplificada através da construção, do uso, do acesso e das práticas desenvolvidas pela mediação das redes sociais, propiciadas pela internet. E, por sua vez, uma das mais significativas consequências dessas redes é a mudança de lugar da política. Por exemplo, a categoria política denominada hegemonia deslocou-se do governo, personificado em seu chefe, no caso brasileiro, da presidência da República, e dos partidos políticos, personificados em suas lideranças, para a internet com suas redes sociais. Há momentos de colaboração, de conexão, de intercâmbio entre essas diferentes fontes hegemônicas, mas há também momentos de competição, de rupturas e de conflitos entre elas. Prevalecendo esse último momento, flui uma sensação de crise, a população sente-se insegura, podendo ocorrer a perda de confiança nas instituições, até então detentoras da hegemonia, sobretudo, as representadas pelo governo e pelos partidos políticos. As redes sociais, às vezes, poderão, em situações extremas, por e depor governos, esvaziar ou fortalecer partidos. Veja-se a história do governo do Egito, nos anos recentes. As crises políticas, sociais e possivelmente também algumas de natureza econômica, podem ser explicadas, em parte, pelas crises de hegemonia, ou seja, quando os agentes hegemônicos não se entendem. Por outro lado, as crises encontram uma solução, quando as diferentes lideranças hegemônicas se convergem, ou, pelo menos, conseguem certo nível de convivência.

De forma semelhante ao pensamento de O. Ianni, Z. Bauman[22] escreveu**:** "Explícita ou implicitamente, as instituições políticas vigentes vivem hoje um processo de abandono ou diminuição de seu papel de criadoras de código e agenda. [...] O que "Significa apenas

[22] BAUMAN, Z. Em busca da política. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 27-28.

que a função de estabelecer código e agenda está sendo decididamente transferida das instituições políticas [...] para outras instituições". Entre essas instituições, Z. Bauman (2000) destaca as instituições ligadas ao mercado financeiro e ao mercado de consumo. Esses motivos de enfraquecimento do poder do Estado Nacional são quase idênticos aos já nomeados por O. Ianni. O cientista social Z. Bauman, entretanto, diz mais, ao afirmar que há uma separação entre poder e política. Esta continua local, territorial, mas aquele tornou-se globalizado, ganhou configurações mundiais.

Em entrevista concedida à jornalista Daniela Mendes, da revista ISTOÉ, em 03-07-2013, p. 8-14, o sociólogo espanhol Manuel Castells expressou suas conclusões sobre a política, nos tempos atuais, de forma semelhante ao pensamento de O. Ianni e Z. Bauman. Ele foi explícito, principalmente, quanto ao papel das novas tecnologias de informação e comunicação na origem e no desenvolvimento das redes sociais, enxergando nelas um dos novos e mais proeminentes lugares de manifestação da política. Em seu ponto de vista, há semelhança, sobretudo quanto ao uso de redes sociais, entre as formas de protesto de caráter político, com o objetivo de participar das decisões do governo, no Brasil, nos Estados Unidos, no Egito, no Chile, na Espanha e com os embriões existentes no Uruguai, na Colômbia, no México, na China e em outros países.

Além de um novo lugar da política e de uma nova forma de se fazer política, graças à internet, o entrevistado enumera algumas de suas especificidades como a ausência de líderes, o que, aliás, é também a sua grande força e, simultaneamente, manifesta uma das crises de representatividade, forma típica de se fazer política nos padrões vigentes. A ausência de líderes é também um sintoma de que esses movimentos, articulados por meio da internet, não se definem como movimentos de massa, ou seja, os conectados e suas manifestações nas ruas são atitudes de "Pessoas que se sentem fortes, apoiam umas às outras como redes de indivíduos, não como massas que seguem qualquer bandeira. Cada um é seu próprio movimento" [23].

M. Castells (2013) enumerou outras especificidades dessa nova forma de se fazer política e que estão nas origens e na força das manifestações sociais mais recentes. Tais especificidades são a espontaneidade, a liberdade, a festividade, pois tais movimentos são uma celebração da liberdade. Em todos eles, há também certos elementos comuns que

[23] CASTELLS, M. Entrevista. ISTOÉ. 03/07/2013-ANO 37-N 2276. São Paulo: TRÊS, p. 12.

precisam ser destacados. Todos se articulam através de redes na internet; sempre acontecem no espaço urbano; em todos há ausência de líderes e de temor; abrangem toda a sociedade e não apenas um grupo; a maioria dos participantes é formada por jovens, sonhando com uma nova forma de democracia.

Encerrando sua fala, o entrevistado manifestou otimismo perante os movimentos organizados através das redes sociais propiciadas pelo acesso e o uso da internet: "Eu não gosto de falar sobre o futuro, mas acredito que ele será mais brilhante agora porque as sociedades estão despertando através desses movimentos sociais em rede".

Valores

A questão dos valores, para efeito destas reflexões, será considerada sob dois pontos de vista: da Filosofia, em que se situa inclusive o campo da ética, e o das Ciências Sociais, em que se situa inclusive o campo da Sociologia. Esses dois pontos de vista devem ser mantidos de forma distinta, mas ao mesmo tempo intercambiáveis. Pensando de acordo com G. Myrdal[24] trata-se de se deter na expressão *o que é e o que deve* ser. Quando se permanece no campo do que é, percorre-se o mundo das ciências sociais, incluindo nessas a Sociologia, preocupada sempre com a fundamentação empírica de suas reflexões. Quando se permanece no campo do que *deve ser*, transita-se pelo mundo da filosofia e por consequência pelo espaço da ética, componente inclusive dos princípios valorativos. Por questão de tempo e espaço, não se comentará neste artigo, de maneira explícita, o campo do que deve ser, ou seja, o momento filosófico dos princípios valorativos.

A Sociologia e os valores

Pode-se afirmar que "hoje, entretanto, os sociólogos admitem que os valores sejam fatos sociais importantes, susceptíveis de estudo e análise científicos" [25]. Ou seja, os valores ao serem tratados na condição de fatos sociais, eles são entendidos como maneiras "de agir, de pensar e de sentir exteriores aos indivíduos, dotadas de um poder de coerção em virtude

---

[24] MYRDAL, G. O valor em teoria social. Trad. de Oracy Nogueira São Paulo: Pioneira/EDUSP, p. 99.
[25] FICHTER, J. H, Sociologia. Trad. de Hebe Guimarães Leme. São Paulo: Herder, 1967, p. 347.

do qual se lhe impõem", conforme escreveu É. Durkheim.[26] Sob esse aspecto e neste momento, o estudo dos valores faz o percurso do campo da ética, um dos segmentos da filosofia, para o campo da Sociologia, passando a ser estudado, portanto, como uma "experiência ética", assim como o são o Direito, a Moral e outros[27]. E, como toda experiência ou vivência, transita-se pelo campo das relações sociais, constituindo-se em objeto de estudo não apenas da sociologia, mas também das demais ciências sociais e outras. Nessa perspectiva, os valores, ao serem vivenciados como sociais podem ser definidos "como os critérios segundo os quais o grupo ou a sociedade julga a importância dos indivíduos, dos padrões, dos objetivos e de outros objetos socioculturais" [28].

Os valores são critérios, ou seja, eles servem de normas para opinar, julgar, decidir ou proceder a respeito de um comportamento (ação), uma situação (status), um bem cultural (arte), econômico (dinheiro), religioso (Deus), político (poder), ético (dever), afetivo (amor), moral (bem), estético (beleza) e muitos outros. Mas quem avalia é sempre uma coletividade, podendo ser um grupo menor ou maior, uma comunidade ou a própria sociedade. Em tempos de globalização, já se pensa até numa avaliação mundial, graças à eficácia e eficiência dos meios de informação e de comunicação. Excepcionalmente, o avaliador pode ser também um indivíduo, mas nessa condição o indivíduo será uma pessoa que represente ou corporifique uma coletividade, uma consciência coletiva, termo, aliás, muito a gosto de É. Durkheim.

Os valores, ainda conforme J. H. Fichter (1967), dizem respeito a algo que se compartilha e que é levado a sério por uma coletividade, por menos numerosa que seja, como no caso das minorias étnicas, culturais, religiosas, políticas econômicas, entre muitas outras. O mundo dos valores implica emoções e muitas vezes também paixões, conforme o contexto.

Os valores têm origem, de acordo com J. H. Fichter (1967), das circunstâncias ou condições cuja avaliação escapa ao nosso controle. Nascem e prosperam de um agrupamento e também por ação de uma consciência coletiva, a saber, eles surgem fora dos

---

[26] RODRIGUES, J. A (Org.). Durkheim. 2 ed. Trad. de Laura Natal Rodrigues. Grandes Cientistas Sociais – Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1981, p. 48.

[27] Nesse momento, tomou-se a liberdade de se fazer uma analogia com o escrito por M. Reale dialogando com Del Vecchio e outros autores: "[...] mas não discordamos deles quanto à visão da experiência jurídica como um momento da vida ética". REALE, M. Filosofia do direito. 20 ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p, 36-37.

[28] FICHTER, J. H, Sociologia. Trad. de Hebe Guimarães Leme. São Paulo: Herder, 1967, p. 348.

indivíduos. Entretanto nunca se pode esquecer de que também há uma fonte de valores interior à pessoa, reconhecida, confirmada e protegida pela consciência coletiva, experimentada e vivenciada também pelo Direito, inclusive, amparada pela Constituição Federal, no artigo 1, III- ao declarar que "a dignidade da pessoa humana" constitui um dos fundamentos da República[29].

Alguns valores caem em desuso, sendo assim substituídos por novos e até por velhos, mas em fase de recriação. Há crises mais superficiais, componentes do cotidiano das relações sociais facilmente resolvidas, mas há também crises mais profundas, como as crises domésticas de natureza afetiva, financeira e outras, constitutivas da biografia das pessoas. Há também crises profundas e duradouras, componentes da história humana. Uma entre as crises profundas e duradouras pode ser exemplificada com transição do feudalismo para o capitalismo e pela passagem dos agrupamentos comunitários para o modelo societário, a qual fundamentou, entre outros fatos, o surgimento da sociologia como ciência social. Essa crise está presente na reflexão de todos os fundadores da Sociologia, inclusive M. Weber: "Uma sociedade, capitalista, cujos valores máximos (o ganho, o lucro, a apropriação privada) Weber criticara não apenas com clareza, mas também com contundência" (LAZARTE, 1996, p. 49).

Mais adiante, R. Lazarte ressaltou a importância da sociologia compreensiva para a orientação das pessoas no escolha de seus valores: "A sociologia weberiana se colocava como meta contribuir para que os homens fizessem escolhas mais livres e responsáveis (mais racionais, no sentido de mais conscientes das opções valorativas ensejadas em cada escolha, bem como das consequências – também valorativas envolvidas)". Detendo-se no conteúdo dessas citações, pode-se deduzir que ainda vivemos sob os efeitos da crise de valores provocada pela transição do feudalismo para o capitalismo e do modelo comunitário para o societário, componentes do longo processo de modernização.

Em tempos mais recentes, denominados por muitos de "pós- modernidade", "modernidade líquida", entre outros termos [30], novos padrões valorativos constituíram-se e com eles nova crise de valores, principalmente no campo da ética, da moral, da religião e da política. Com a simbólica queda do muro de Berlim, o mundo se transformou num

---

[29] BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União n. 191-A, de 5 de outubro de 1988, art. 1- III.

[30] BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Trad. de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 358 p.

grande mercado, graças, sobretudo, à mundialização do modo capitalista de produzir e consumir riquezas. Graças aos avanços da eletrônica, da informática e da cibernética, novas técnicas de comunicação e informação intensificaram as conexões de âmbito, local, regional e mundial provocadas pela internet. Com a internet, o mundo tornou-se muito grande e muito pequeno ao mesmo tempo, o distante tornou-se próximo e o próximo tornou-se distante, os muros se romperam, mas a torre de Babel tornou-se ubíqua. O mundo globalizado, terreno fértil para crises de valor, foi caracterizado nos termos seguintes: "É um todo múltiplo, heterogêneo e caleidoscópio, simultaneamente tenso e integrado, contraditório e organizado, aberto e em movimento" (IANNI, 1992, P. 179).

A questão da universalidade de alguns valores, como o respeito à vida, à liberdade, honra, religião, verdade, propriedade dentre muitos outros, sempre é posta no dia a dia para as pessoas. Para os filósofos, a problemática da universalidade de certos valores parece aceita com relativa tranquilidade. Essa é, por exemplo, a posição do filósofo M. G. Morente, segundo P. Nader "A par de tal entendimento, pode-se cogitar de uma escolha universal de valores, comuns ao gênero humano pelo que possui de constante, pelo que lhe é próprio" [...] "Os valores seriam alheios ao tempo, ao espaço e à quantidade", acrescentou P. Nader, comentando M. G. Morente[31].

Para os sociólogos, essa questão trata de um assunto polêmico em decorrência da dificuldade da "confirmação científica de valores universais, válidos para todos os homens", conforme R. Lazarte[32] "Os antigos deuses e demônios que outrora disputavam o coração dos homens e os valores supremos que orientam e dão sentido a nossa vida situam-se numa esfera distinta daquela do discurso científico: a da fé", conforme escreveu este autor [33].

Os valores universais, considerados valores últimos e imutáveis por J. H. Fichter (1967), não constituem campo de estudo sociológico, mas sim objeto de estudo para os filósofos, teólogos e estudiosos da ética, porque no entendimento dos sociólogos, os valores são mutáveis, variam de cultura para cultura, de época para época. Contudo, este autor manifestou-se sobre os valores universais ou últimos, através das seguintes palavras: "Valores sociais últimos podem ser referidos ao *minimum consensus* encontrado em todas

---

[31] MORENTE, M. G, apud NADER, P. Filosofia do direito, 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 50.
[32] LAZARTE, Rolando. Max Weber: ciência e valores. São Paulo: Cortez, 1996, p. 103-104.
[33] LAZARTE, Rolando. Max Weber: ciência e valores. São Paulo: Cortez, 1996, p. 52.

as sociedades relativamente a certos "princípios" de comportamento. Exemplos: as sanções proibitivas ao incesto, ao homicídio, à mentira, à blasfêmia, ao roubo; a atribuição de grande valor à fidelidade, à amizade; ao amor; à justiça, entre outros" [34].

Ética, Política e Valores: um diálogo com Max Weber

O subsídio teórico fundamental utilizado, com a finalidade de se detectar e demonstrar possíveis conexões de sentido e possíveis desencontros entre as categorias ora analisadas, fundamenta-se principalmente na obra *Política como vocação*, "conferência pronunciada pelo autor na "Associação Livre de Estudantes de Munique", durante o inverno revolucionário de 1929" [35], uma das muitas palestras proferidas pelo autor. Além de se fundamentar num texto do início do século XX, considerado clássico para o tema em questão, o diálogo com o mesmo atem-se aos momentos que ainda ressoam nos dias de hoje.

Classificação dos políticos

Eleitores e cabos eleitorais

Entre as maneiras mais amplas de participação e divisão do poder político, destaca-se o exercício do direito e do dever do voto, praticado pelo eleitor, no momento das eleições para a escolha dos representantes no poder legislativo e executivo. Nunca se pode esquecer de que o eleitor, ao votar, pratica um ato político. Tal atividade, por sua natureza política, faz com que o eleitor, cidadão comum, seja um político, pelo menos em alguns segundos ou minutos conforme o caso.

Outra forma mais ampla de participação é a exercida pelos cabos eleitorais, que trabalham em silêncio ou fazendo discursos, que permanecem assentados nos comitês eleitorais ou distribuem "santinhos", isto é, panfletos com a fotografia, biografia resumida e pontos de promessas dos candidatos, nas ruas ou de porta em porta, bem como desenvolvendo outros tipos de divulgação da pessoa pretendente ao cargo público. Também

[34] FICHTER, J. H, Sociologia. Trad. de Hebe Guimarães Leme. São Paulo: Herder, 1967, p. 359-360.
[35] SAINTE-PIERRI, H. L. Max weber: entre a razão e a paixão. Campinas (SP): UNICAMP, 1991, p. 162.

esses são políticos, porque praticam atos políticos e, muitos deles, passadas as eleições, continuarão sendo políticos, se escolhidos para cargos de confiança com funções nos poderes executivo e legislativo, o que lhes confere o status de funcionário público, mas não de carreira, porque não foram concursados. Sobre esse tipo de político, M. Weber foi enfático: "Na gestão de interesses políticos encontravam ganha-pão e conteúdo moral para suas vidas" [36].

Vivendo da política e para a política

Por sua vez, há formas mais restritas e selecionadas de participação e de ação política, porque exercidas fundamentalmente pelos políticos, no sentido mais apropriado dessa palavra, ou seja, pelos que têm como função cuidar da *polis*, isto é, dos interesses de uma coletividade representada pelo país, estado ou município. Os políticos são de dois tipos, os que vivem da política e os que vivem para a política. São dois tipos distintos, opostos, mas não excludentes. Por exemplo, os políticos íntegros, ao viverem exclusivamente para a política acabam também por viver da política. A propósito, o próprio M. Weber assim se manifestou: "todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela" [37].

Quem vive para a política, com certeza, irá transformá-la em "*fim de sua vida*, seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma causa que dá significação a sua vida".[38] Além de dar sentido à vida de quem a exerce, a atividade política também confere ao político certas alegrias íntimas, entre as quais algumas se destacam: "Bem, ela concede, antes de tudo, o sentimento de poder"; a [...] "consciência de influir sobre outros seres humanos" [...]; o "sentimento de participar do poder" [...]; [...] os políticos "detêm nas mãos elementos importantes da história" [...] [39].

---

[36] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 62.
[37] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 d. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 642.
[38] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 64-65.
[39] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 Ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 105.

Entre os principais motivos para que alguns cidadãos procurem a política e vivam exclusivamente para ela, obviamente, se destaca, por conseguinte o prazer da posse e do exercício do poder, prazer tão completo e profundo a ponto de gerar no político profunda sensação de equilíbrio e bem-estar. Nessas condições, o político sente prazer no que faz, realizado no que faz, recompensado pelo que faz, ou seja, a atividade política lhe confere o rumo de sua vida. Todavia, M. Weber dá o seguinte conselho aos candidatos que decidirem viver para a política: "O homem político deve em condições normais, ser economicamente independente das vantagens que a atividade política lhe possa proporcionar" [40].

Fiel ao seu conceito de política como "o conjunto de esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder, seja entre Estados, seja no interior de um único Estado", o autor em apreciação faz um paralelo entre o funcionário de carreira (concursado) e o político no sentido restrito do termo, como hoje se entende, isto é, o eleito para funções legislativas e executivas ou ainda os que vivem para a política e os que vivem da política, usando suas expressões. O funcionário público, enquanto vinculado à burocracia do Estado, também participa do poder estatal, pratica, portanto, atos políticos, mas "não deve fazer política exatamente devido a sua vocação: deve administrar, antes de tudo de forma não partidária [...] Ele deve desempenhar sua missão *sine ira et studio*, "sem ressentimentos e sem preconceitos"[41].

O político, no sentido restrito deste termo, também desempenha uma função pública, participa das decisões do Estado e das divisões de seu poder (legislar e executar), porém são funcionários eleitos para um mandato de duração pré-fixada e também estão sujeitos a uma norma ou conjunto de normas. Porém, diferentemente do funcionário de carreira, ele deve "tomar partido, lutar, apaixonar-se – *ira et Studio*[42], com ressentimentos e com preconceitos, pois são características do homem político.

O político que vive da política, também poderá ser aquele que "vê na política uma permanente fonte de rendas" [43]. Esse tipo de político participa do poder, tem o gosto pelo

---

[40] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 68.
[41] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 78-79
[42] 49 WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 78.
[43] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 65.

poder, beneficia-se do poder, luta com todas as energias para permanecer no poder, tem seus cabos eleitorais e eleitores fiéis. Como os demais políticos, ele se submete às normas do partido, faz da política a causa de sua vida, entretanto, seu objetivo final encontra-se muito além de sua função pública, porque sua última meta é usar a política como fonte de rendas, principalmente de natureza financeira. Para ele o exercício da atividade política é um negócio, e um negócio rendoso como qualquer outro. A arte de cuidar do bem comum é desvirtuada para a arte do bem próprio, pessoal ou do grupo político de que faz parte, ou ainda de ambos, simultaneamente. O bem público facilmente converte-se em bem privado, por isso este tipo de político poderá sujeitar-se facilmente à corrupção.

O demagogo

Permeando os que vivem para a política e os que vivem da política, o eleitor deve prestar sua atenção e cuidar, especialmente, dos falsos líderes, entre os quais se destaca a pessoa do demagogo. Conforme N. Bobbio (1986) e M. Weber (1993), o termo demagogo nem sempre teve o sentido pejorativo conforme é conhecido hoje. Tal figura política sempre existiu desde o surgimento dos Estados organizados, como Grécia e Roma, por exemplo, tendo como espinha dorsal certos princípios de uma constituição, inclusive nos regimes democráticos, como o vigente entre os antigos gregos. "Assim, era chamado demagogo, na antiga Grécia, aquele que, sendo homem de Estado ou hábil orador, sabia conduzir o povo" [44]. Porém, a partir de Aristóteles, o termo demagogo começou a receber um sentido negativo, sobretudo na teoria política. Aliás, Aristóteles foi quem "primeiro individualizou e definiu a Demagogia indicando-a como aquela prática corrupta ou degenerada" [...][45]. O demagogo, a partir de então, passou a significar *adulador do povo* com a finalidade de atingir interesses privados, próprios ou do grupo de que faz parte.

M. Weber (1993) situou o demagogo entre os falsos chefes e os políticos profissionais sem vocação e que, inclusive, fazem uso do discurso verbal e escrito de uma forma perturbadora, principalmente, nos períodos eleitorais, mas também fora deles, e nas

[44] BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2 ed. Trad. de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 318.
[45] BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de política. 2 ed. Trad. de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, p. 318.

épocas que antecedem às revoluções. Por sua vez, o mesmo autor menciona outra prática muito comum encontrada nas lideranças com tendências à demagogia, ou seja, quando estão na oposição, fora do governo e do legislativo, tais lideranças usam discursos e comportamentos totalmente opostos aos dos atuais governantes e legisladores. Por outro lado, quando são eleitos ou chegam ao poder através de golpe de Estado ou de ação revolucionária, pouco ou quase nada mudam da forma de governar ou de legislar dos antigos mandatários ou do regime deposto.

Qualidades e defeitos do político

Atualmente o termo político restringe-se aos eleitos pelo povo, para ocupar funções legislativas (senadores, deputados e vereadores) e executivas (presidente, governadores e prefeitos).

Aos políticos em sentido estrito, algumas qualidades lhes são exigidas a título de pré-requisitos para ser bem sucedido no desempenho de suas funções. Tais qualidades podem ser resumidas em três: "a *paixão*, o *sentimento de responsabilidade* e o *senso de proporção*" [46]. Essas três qualidades determinam o homem político, no sentido de que sem elas não há lideres verdadeiros, mas apenas chefes falsos.

Qualidades do político

Todo político, necessariamente traz consigo uma paixão, um propósito, um sonho, um objetivo ao mesmo tempo utópico e realizável. Utópico, enquanto seu propósito sempre representa um avanço, uma caminhada além do tempo presente. Realizável, no sentido de viável, possível no presente ou quando muito num futuro bem próximo, voltado a uma expectativa concreta e exigida pela coletividade. Mas não basta ter um propósito, é também necessário ser um obstinado na realização deste propósito. A devoção a um propósito ou a uma causa transforma- se em seu deus ou em seu demônio, em seu sentido de vida, em sua permanente inspiração. Sem paixão não se faz política e também não se faz um político. Porém, nem toda excitação interior e exterior é sintoma de uma paixão política.

[46] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 106.

O termo responsabilidade, neste contexto, significa a "obrigação de responder pelas ações próprias e dos outros" [47]. Próprias, no sentido de pessoais, e dos outros, no sentido de subordinados a uma pessoa. Assim, os pais respondem ou são responsáveis pelos filhos menores, os patrões pelos seus empregados, quando no desempenho de suas tarefas específicas, o Estado pelos seus funcionários, no exercício de suas funções e assim por diante. O mesmo ocorre com os políticos a respeito de suas decisões e das respectivas consequências. M. Weber manifestou-se a respeito da responsabilidade, uma qualidade do político, da forma seguinte: "Quando se põe a serviço de uma causa, sem que o correspondente sentimento de responsabilidade se torne a estrela polar determinante da atividade, ela não transforma um homem em chefe político".[48].

O autor citado usa a expressão *determinante* ao se referir à palavra responsabilidade, para designar sua necessidade enquanto apanágio do homem político, ou seja, uma *conditio sine qua nom*, uma condição sem a qual não existe um verdadeiro político, sem a qual o político facilmente, se desviará para o campo da demagogia.

Uma terceira qualidade do político refere-se ao equilíbrio, ao comedimento, à prudência, à moderação, qualidade, especialmente, interior, mas que transparece no dia a dia de suas relações com o poder, com sua função, seus funcionários e liderados. Ele se mantém próximo e ao mesmo tempo distante das pessoas e dos fatos. Próximo, porque continuamente conectado a eles, mas distante, a ponto de não se ofuscar por eles, ou seja, não permitir que os fatos, favoráveis ou desfavoráveis, e as pessoas, da situação ou da oposição, derrubem sua tranquilidade e ofusquem sua lucidez. A proporcionalidade ou o senso do equilíbrio é uma qualidade fundamentalmente psicológica. Daí a importância de se manter e cultivar o equilíbrio entre a participação e a meditação, a ausência e a presença, a fala e o silêncio, culto e o hábito do recolhimento.

Defeitos do político

Após enumerar algumas qualidades inerentes ao político, torna-se necessário destacar pelo menos mais um, além da demagogia anteriormente mencionada, entre os defeitos

---

[47] HOUAISS, A. (Org.). Dicionário HOUAISS de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2440.
[48] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 106

fundamentais do político: a vaidade. Palavra de origem latina: *vanitas- atis* que significa *sem substância, oco, fútil, de aparência vã*. Quando o político é sem substância ou oco por dentro, ele tem que demonstrar aparência supercolorida, encantadora, dominante, para compensar a falta de sustentação numa causa, numa proposta. Além da busca de sustentação na aparência, o político vaidoso vive permanentemente à procura de reconhecimento de seus pares, de seus chefes, de seus superiores e do povo. Mas, nem toda preocupação com as aparências ou procura de reconhecimento é pura vaidade. As aparências e o a busca de reconhecimento pelos demais fazem parte de toda pessoa que se preze, porém elas se reduzem à pura vaidade quando se assentam e têm como apoio um vazio. Simplificando o sentido da palavra vaidade, pode-se defini-la como uma mentira bem contada. A propósito da vaidade, M. Weber escreveu: "Há um inimigo vulgar, muito humano, que o homem político deve dominar a cada dia e a cada hora: a muito comum vaidade. Ela é inimiga mortal de qualquer devoção a uma causa, inimiga do recolhimento e, no caso, do afastamento de si mesmo" [49].

Ética e política: desencontros e aproximações

Ao se deter nas relações ou nas conexões de sentido entre ética e política, deve-se destacar os aspectos seguintes: desencontro ou conflito entre a ética e a política; articulação ou conexão de sentido entre a ética e a política e finalmente uma síntese.

Conflito entre ética e política

Estes dois conceitos podem entrar em conflito, em certas práticas ou ações de natureza política ou em atividades corriqueiras, quando se almeja objetivos nobres, porém se empregam meios eticamente duvidosos, perversos, violentos, imorais, antiéticos, em suma. M. Weber (1993) cita como exemplos os teóricos do bolchevismo e do espartaquismo, bem como os ditadores militares, quando utilizaram como instrumento específico de suas ações a força acompanhada de violência para fins nobres. Especialmente

[49] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 107.

na questão da relação entre meios e fins políticos, o autor em discussão nem sempre concorda com N. Maquiavel.

Ao se aprofundar na questão das conexões de sentido e nas situações de desencontros ou conflitantes entre a ética e a política, M. Weber chama a atenção do leitor para dois princípios orientadores de práticas políticas e outras ações componentes do cotidiano das pessoas. Os dois princípios mencionados denominam-se *a ética da responsabilidade e a ética da convicção*. Esses princípios são de natureza diferente, às vezes irredutivelmente opostos e, às vezes também combinados ou complementares.

Fiel ao princípio da *ética da responsabilidade* o político torna-se convicto do cumprimento e dos benefícios da lei, mas ele não se responsabiliza, ele não responde, ele não tem como dar conta do cumprimento e dos benefícios da norma de sua autoria, pois tudo isso compete a outros agentes. A aplicação da lei e seus efeitos benéficos esperados são de responsabilidade de outros sujeitos sociais. Ainda, tratando-se da pura convicção, cita-se o fato do cristão que cumpre seu dever religioso e, quanto aos resultados da ação, a recompensa da salvação eterna, por exemplo, ele a confia em Deus. O cristão nessas circunstâncias não tem como responder pelos resultados de sua atividade, pois as consequências esperadas de sua prática dependem de outro ser, Deus. "Quando as consequências de um ato praticado por pura convicção se revelam desagradáveis, o partidário de tal ética não atribuirá responsabilidade ao agente, mas ao mundo, à tolice dos homens ou à vontade de Deus, que assim criou os homens" [50].

Conexão de sentido entre a ética e a política

Por outro lado, a ética da responsabilidade preceitua que "devemos responder pelas previsíveis consequências de nossos atos" [51]. Este princípio ético, ao orientar as condutas humanas, inclusive as atividades de natureza política, impõe ao sujeito das ações sociais um cuidado muito rigoroso ao calcular as adequações entre as decisões tomadas, os meios utilizados e os resultados. Isso porque os sujeitos não devem apenas decidir, tomar

[50] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 113.
[51] WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, p. 113.

iniciativas, pois eles deverão também escolher meios adequados, meticulosamente calculados, sobretudo honestos, sob o aspecto ético, mas deverão, também, avaliar os resultados, ou seja, as consequências de sua iniciativa. Sendo o sujeito da ação um político, esse não poderá em hipótese alguma atribuir aos funcionários subalternos, ou aos beneficiários de sua ação o sucesso ou insucesso de sua iniciativa. Quando o político disser *todos nós somos responsáveis* pelo sucesso de tal programa, ele está sendo muito simpático perante os funcionários e a população beneficiária do projeto em causa. Por outro lado, significa que ele, pessoalmente, cumpriu fielmente o princípio ético da responsabilidade.

Concluindo sua palestra intitulada *A política como vocação*, M. Weber apresentou uma síntese brilhante aos seus ouvintes e, hoje, a seus leitores de forma límpida e bela, caracterizando a política como vocação, ao combinar a ética da convicção com a ética da responsabilidade, através das palavras seguintes: "Vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se completam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à vocação política" [52]. Logo, a ação política, de maneira muito especial, assim como toda a ação do dia a dia dos demais cidadãos, pode, deve ou tem de ser perpassada pela responsabilidade, sem deixar de perder as características da passionalidade. No limite, o autor, está advertindo a seus ouvintes e leitores sobre a importância de se aproximar, sem misturar ou confundir, o campo da irracionalidade, expresso pela paixão, pela fé religiosa e outras formas, do campo da racionalidade, expresso pela adequação de meios, fins e consequências, coforme se encontra muito bem exemplificado por ele através de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Noutros termos, da mesma forma, há um convite para se refletir sobre a importância da paixão (zelo, dedicação sem descanso) e da neutralidade (controle dos preconceitos religiosos, morais e outros). Vemos assim que no entendimento deste cientista social, o político escolhido para este mister, quando fiel a seu compromisso, será a personificação da ética e da política como valor e como prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As categorias de análise denominadas ética, política e valor, quando revisitadas, despertam o leitor para atentar constantemente sobre a importância de percorrê-las desde

suas origens até suas manifestações nos dias atuais. Instigantes por natureza, elas têm sempre algo de novo a dizer e a ensiná-lo. São categorias milenares, passando permanentemente por processos de criação e de recriação, conforme as condições culturais e as influências do tempo.

A ética, como categoria de análise, no passado e no presente, incentivou e, com certeza, continuará incentivando, condicionando e até determinando reflexões em busca do bem, da normatização de comportamentos de todo gênero, número e grau. Entre os clássicos da Filosofia, estimulou interesses e obras de grande alcance por parte de muitos, dos quais foram destacados, neste artigo, Aristóteles, Zenão de Citio, Epicuro e o pragmático N. Maquiavel. Entre os fundadores das ciências sociais foram citados M. Weber e. É. Durkheim. Entre os contemporâneos, foram mencionados M. Reale, filósofo do Direito, e por parte dos sociólogos foram mencionados O. Ianni, Z. Bauman e M. Castells, por exemplo.

A construção dos *tipos ideais* conhecidos como ética da convicção e ética da responsabilidade foi original e sumamente útil para a compreensão e a análise de outros *tipos ideais*, com os destaques da política como vocação e a caracterização do homem político. A ética da convicção determina a *fé* do político em defender uma *causa*, um partido, um governo, um país, uma norma, e a entregar-se a ela com *ira et studio*, com ressentimentos e preconceitos, com paixão e dedicação integral. Por sua vez, a ética da responsabilidade estimula, condiciona e, às vezes, determina o político a responder pelos resultados e consequências de seu comportamento, a adequar o motivo de sua ação aos meios eticamente adequados para atingi-lo. Eis uma das maiores contribuições de M. Weber para a ciência política de seu tempo e para os dias atuais.

A Filosofia e a Sociologia caminham de mãos dadas, mas por vias distintas, ora com maior aproximação entre ambas, conforme se constatou através das diferentes formas de relacionamento dos valores com a ética e a política, quando se dialogou, principalmente, com M. Weber, ora com maior distanciamento entre as duas, conforme se constatou quando se refletiu sobre os valores por mediação de J. H. Fichter.

Destacaram-se as contribuições de O. Ianni e Z. Bauman para a compreensão da crise de que padecem a política e os políticos nos dias atuais. O. Ianni diz que a política mudou de lugar. Ele comprova tal mudança através do deslocamento da política, até então centrada

no governo, nos partidos e nos políticos, ou seja, no Estado Nacional, para as grandes instituições de natureza global, incluindo, entre essas instituições, as vinculadas à mídia, em nível local, regional e mundial. Este autor foi muito feliz ao criar a figura do príncipe eletrônico, simbolizando o poder, nos dias de hoje.

Z. Bauman segue o mesmo percurso de O. Ianni, porém explica a crise na política pela ruptura entre política e poder. A política continua centrada no Estado nacional, mas este não tem mais o poder. As grandes decisões não lhe pertencem mais. Elas devem ser negociadas com os grupos de poder global quando não simplesmente impostas por eles. Esses grupos são principalmente de natureza financeira e comercial.

Descobriu-se com M. Castells um novo fulcro para a política, a ética e os valores, assentado nas redes sociais, propiciadas pelo acesso e uso da internet em larga escala. Redes que articulam jovens, mas também maduros e idosos, conectam estudantes, profissionais, intelectuais e trabalhadores braçais, ligam uma maioria em busca de construção e uma minoria voltada à destruição. Redes autônomas, porque independentes de governo, política e políticos, distantes de partidos e de religiões.

A crise de valores ganhou nova compreensão através dos ensinamentos de O. Ianni sobre o processo de globalização da sociedade que transformou o mundo num grande mercado, num imenso espaço de troca de bens industrializados, de serviços, de bens simbólicos e também de valores de diferentes tipos. Os valores ora convivem, colaboram, assimilam, mas também entram em contradição, ora convivem e cooperam uns com os outros, mas ora competem entre si, quando não procuram destruir os diferentes. Conforme o autor supracitado, tudo isso acontece, porque o processo de globalização é homogênio e heterogênio, igual e desigual, articulado e contraditório, ao mesmo tempo.

O presente artigo permitiu pensar e repensar a ética, a política, os valores, e simultaneamente a sociedade local, regional, nacional e global. Pensá-los e repensá-los como eles são e como poderiam ser. São categorias de conhecimento carregadas de significado e por isso conduzem o leitor a dialogar com o passado e o presente, antevendo, inclusive, perspectivas futuras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Trad. de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, 413 p.

_____. *Em busca da política*. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, 213 p.

_____ . *Modernidade líquida*. Trad. de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, 358 p.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. 2 ed. Trad. de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: Universidade de Brasília, 1986, 1328 p.

BRASIL, Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Diário Oficial da União n. 191-A, de 5 de outubro de 1988.

CASTELLS, M. Entrevista. *ISTOÉ*. 03/07/2013-ANO37-N2276. São Paulo: TRÊS, p. 8-14.

_____. *A sociedade em rede*. 6 ed. Trad. de Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 698 p.

_____. *O poder da identidade*. 3 ed. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001, 530 p.

_____. *O fim do milênio. 2* ed. Trad. de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, 497 p.

CHEVALILIER, J. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 2 ed. Trad. Lydia Christina. Rio de Janeiro: Agir, 1966, 366 p.

FICHTER, J. H, *Sociologia*. Trad. de Hebe Guimarães Leme. São Paulo: Herder, 1967, 518 p.

FRANCA, L. *Noções de história da filosofia*. 21 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973, 382 p.

IANNI, O. A política mudou de lugar. In DOWBOR. L. IANNI. O. e RESENDE. P. E. (Orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis ((RJ): Vozes1998, 302 p.

_____. *A sociedade global. Rio de Janeiro*: Civilização Brasileira, 1992, 194 p.

_____. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, 319 p.

LAZARTE, Rolando. *Max Weber: ciência e valores*. São Paulo: Cortez, 1996, 118 p.

MAQUIAVEL, N. *O príncipe*. Trad. de Candida de Sampaio Bastos. São Paulo: DPL, 2008, 255p.

MYRDAL, G. *O valor em teoria social*. Trad. de Oracy Nogueira São Paulo: Pioneira/EDUSP, 326 p.

NADER, P. *Introdução ao estudo do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 1980, 555 p.

_____. *Filosofia do direito*, 16 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007, 318 p.
NOVAES, A. (Org.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 394 p.

REGIS, J. *Curso de filosofia*. 11 ed. Trad. de Eduardo Prado de Mendonça. Rio de Janeiro: Agir, 1972, 445 p.

REALE, M. *Filosofia do direito*. 20 ed. 5. Tir. São Paulo: Saraiva, 2008, 749 p.

RODRIGUES, J. A (Org.). *Durkheim*. 2 ed. Trad. de Laura Natal Rodrigues. Grandes Cientistas Sociais – Coord. Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1981, 213 p.

SAINTE-PIERRI, H. L. *Max* weber: *entre a razão e a* paixão. Campinas (SP): UNICAMP, 1991,175 p.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. V. I. Trad. de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1991, 422 p.

_____. M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 3 ed. Trad. de Irene de Q. F. Szmrecsáyi e Tomás J. M. K. Regis Barbosa Szmrecsáyi. São Paulo: Pioneira, 1983, 233 p.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. 9 ed. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1993, 124 p.

_____ . *Ensaios de sociologia.* 2. ed. (Org.) e Introd. de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. de Waltensyr Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, 530 p.